



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

Portaria Intersecretarial nº 01/2025 - CGE

Constitui Grupo de Trabalho Intersecretarial para promover medidas de aprimoramento de eficiência econômica dos ajustes firmados entre a Secretaria de Estado da Saúde e as Organizações Sociais da Saúde (OSSs) / Organizações da Sociedade Civil (OSCs) responsáveis pela gestão das unidades de saúde.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS, O SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS e O PROCURADOR GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições legais que lhes conferem a Constituição do Estado de Goiás e a Lei nº 20.491/2019 e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a adequada execução e sustentabilidade dos ajustes celebrados entre a Secretaria de Estado da Saúde e as Entidades responsáveis pela gestão das unidades de saúde;

CONSIDERANDO a eficiência econômica desejável para os ajustes firmados e a necessária qualidade da prestação dos serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO a importância de atuação integrada e preventiva dos órgãos de controle interno, consultoria jurídica e de gestão da saúde, visando o fortalecimento da governança e a mitigação de riscos;

RESOLVEM:

Art. 1º Constituir o Grupo de Trabalho Intersecretarial com a finalidade de apresentar medidas efetivas de eficiência econômica dos ajustes firmados entre a Secretaria de Estado da Saúde e as Organizações Sociais de Saúde (OSSs) ou Organizações da Sociedade Civil (OSCs) atualmente vigentes.

Art. 2º Os órgãos que compõem esta Portaria terão as seguintes competências:

I - Secretaria de Estado da Saúde:

a) Diagnosticar a situação econômico-financeira de todos os ajustes firmados entre a Secretaria de Estado da Saúde e Organizações Sociais de Saúde ou Organizações da Sociedade Civil, atualmente vigentes;

b) Avaliar a sustentabilidade econômico-financeira de cada ajuste;

c) Pactuar, de forma fundamentada, Plano de Eficiência Econômica para cada ajuste que necessite de aprimoramento do resultado econômico.

II - a Controladoria Geral do Estado e a Procuradoria Geral do Estado:

a) Orientar, acompanhar e fornecer subsídios às medidas implementadas, nas suas respectivas áreas de competência.

Art. 3º O Plano de Eficiência Econômica deverá ser formalmente pactuado com as entidades parceiras e conterá os seguintes elementos:

I - Situação atual dos passivos apurados que considere os valores devidamente contabilizados que impactam no custeio da entidade;

II - Saldos nas contas bancárias, inclusive aplicações financeiras, de custeio e do fundo rescisório;

III - Recomposição para o fundo rescisório, devidamente motivada e comprovada, dos valores objeto da suspensão de repasse determinada pela SAC 039/2022, da CGE, balizada na devida autorização orçamentária;

IV - Amortização dos passivos contabilmente apurados, já deduzidas disponibilidades financeiras, por período a ser definido conforme a realidade de cada ajuste;

V - Previsão de continuidade do recolhimento do percentual aplicável ao fundo rescisório;

VI - Medidas de gestão a serem adotadas pela Secretaria de Estado da Saúde e pela OSS ou OSC com vistas ao atendimento do nível de eficiência econômica compatível com os custos contratualizados;

VII - Medidas a serem adotadas, com respectivos prazos, no caso do descumprimento do plano de eficiência econômica;

VIII - Outras informações complementares relevantes;

IX - Análise preventiva da CGE e da PGE quanto à regularidade da proposta final do Plano de Eficiência Econômica, no âmbito de suas competências.

Parágrafo Único - As OSSs ou OSCs que não apresentem passivos, já deduzidos as disponibilidades financeiras, deverão ser objeto de análise para verificação de eventual necessidade de Plano de Eficiência Econômica com vistas à recomposição do fundo rescisório, bem como para atendimento do nível de eficiência desejável, na forma dos incisos III e VI deste artigo.

Art. 4º O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros:

I - Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO):

a) Wagner Assis Rodrigues, Superintendente de Monitoramento dos Contratos de Gestão e Convênios;

b) Marcelo Martins Nogueira Lima, Gerente de Custos;

c) Rafaela Troncha Camargo, Gerente de Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão;

d) Rafael Silveira Macedo, Coordenador dos Gestores de Contrato de Gestão;

e) Rafael Hirt, Gerente de Modelagem.

II - Controladoria-Geral do Estado (CGE-GO):

a) Reneilton Brito de Abreu, Gestor de Finanças e Controle;

b) Suellen Dantas Tobias e Silva Ravazzi, Gestor de Finanças e Controle.

III - Procuradoria Geral do Estado (PGE-GO):

a) Henrique Miranda Serejo, Procurador do Estado;

b) Daniel Boaventura França, Procurador do Estado.

Art. 5º O Grupo deverá apresentar, no prazo de até 3 (três) dias, cronograma dos trabalhos a serem realizados, e, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, relatório conclusivo contendo os Planos de Eficiência Econômica e as respectivas recomendações, ambos contados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, DO SECRETÁRIO-CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS e DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO, aos 26 dias do mês de maio de 2025.

Rasivel dos Reis Santos Junior
Secretário de Estado da Saúde

Marcos Tadeu de Andrade
Secretário-Chefe da Controladoria Geral do Estado de Goiás

Rafael Arruda Oliveira
Procurador Geral do Estado de Goiás



Documento assinado eletronicamente por **RASIVEL DOS REIS SANTOS JUNIOR, Secretário (a) de Estado**, em 26/05/2025, às 20:59, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS TADEU DE ANDRADE, Secretário (a)-Chefe**, em 26/05/2025, às 21:08, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL ARRUDA OLIVEIRA, Procurador (a) Geral do Estado**, em 27/05/2025, às 09:13, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código
verificador **74949921** e o código CRC **9010C283**.

GABINETE DO CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
RUA 82 400, PALÁCIO PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA (PPLT), 3º ANDAR - Bairro
SETOR SUL - GOIANIA - GO - CEP 74015-908 - (62)2320-1535.



Referência: Processo nº 202511867001076



SEI 74949921